

## **Comunicação e luta por reconhecimento: traços da história dos movimentos sociais da Transamazônica<sup>1</sup>**

Rosane Steinbrenner<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Resumo**

O objetivo principal deste artigo é, antes de tudo, contar uma história pouco conhecida de luta social por reconhecimento que tem na comunicação importante estratégia contra-hegemônica diante de processos discricionários de desenvolvimento. Numa perspectiva histórico-territorial, tendo como contexto uma das experiências mais autoritárias de ocupação do território - a colonização dirigida implementada pelo governo Médici (1970-1974) - pretende-se alinhar criticamente os fatos e as circunstâncias que deram origem ao Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica e suas dinâmicas de comunicação, ao longo de duas décadas (1970-1990). Os dados que trazem à tona traços dessa história obstinada e que surpreendente pelo intenso e variado uso que se fez da comunicação como instrumento de ação política, resultam de pesquisa bibliográfica, documental e de depoimentos de alguns de seus personagens.

**Palavras-chave:** Movimento social; reconhecimento; comunicação; Transamazônica.

O processo de colonização dirigida implementado pelo governo Médici (1970-1974), que teve como eixo a construção inacabada da Transamazônica (BR 230), é talvez o exemplo mais emblemático da ação discricionária do Estado autoritário, inspirado por um projeto modernizador baseado no desenvolvimentismo de alto impacto e apoiado por um forte componente difusionista de comunicação<sup>3</sup>. Um projeto que no auge do Milagre Econômico e da ditadura militar foi responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta e, portanto, violenta em termos de colonização que se tem notícia na história do país.

Em contrapartida, forjou-se na região, a partir do “pertencimento compartilhado do desrespeito” como entende Honneth (2003), uma “luta social por reconhecimento” que se apoiava numa rica e inédita experiência de comunicação contra-hegemônica. Nosso objetivo principal é, antes de tudo, contar e refletir sobre uma história pouco (re)conhecida e de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental, professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, email: [steinbrenner@ufpa.br](mailto:steinbrenner@ufpa.br)

<sup>3</sup> O desenvolvimentismo e o difusionismo podem ser entendidos como dois modelos estrategicamente conjugados ao longo do tempo: o desenvolvimentismo, modelo dinâmico de desenvolvimento, de inspiração keynesiana, é centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional (MOTA, 2001) - modelo que, independente do estilo e da vertente ideológica, tem sido a tônica dos governos brasileiros desde Vargas, com profundas marcas na Amazônia; o difusionismo, modelo de comunicação de orientação funcionalista, surgido nos Estados Unidos a partir dos anos quarenta (LERNER, 1958; ROGERS, 1962; SCHRAMM, 1976), que tem na visão entusiástica da transferência do conhecimento técnico seu princípio de dominação, tornou-se a base do modelo clássico e hegemônico de extensão e comunicação rural nos países em desenvolvimento. Ambos os modelos, influentes e atuantes até os dias de hoje.

muitas maneiras inspiradora por sua dimensão de resistência, em especial na atualidade, diante do ambiente político de desencanto e certo desânimo no qual vive o país.

Numa perspectiva histórico-territorial, pretende-se alinhar criticamente os fatos e as circunstâncias que deram origem aos movimentos sociais na região da Transamazônica, no trecho que corta o nordeste paraense, e suas dinâmicas de comunicação durante cerca de duas décadas (1970-1990). Os dados<sup>4</sup> que trazem à tona traços dessa história obstinada, que se dá nos confins da Amazônia, no auge da ditadura, e que surpreendente pelo intenso e variado uso que se fez da comunicação como instrumento de ação política, são resultado de pesquisa bibliográfica, documental e de depoimentos de alguns de seus personagens.

### **A BR 230 e o cenário nacional**

A história da rodovia Transamazônica (BR 230), sua construção e motivação, traz em si elementos que mais parecem arroubos literários, tamanha a megalomania que a envolvia. Anunciada por seus idealizadores, como conta Lucio Flavio Pinto (2007), como algo tão notável quanto a corrida espacial, uma das duas únicas obras humanas que os astronautas veriam do espaço (a outra era a Muralha da China)<sup>5</sup>, a Transamazônica foi pensada como eixo estruturante de um projeto que aliava a integração econômica da Amazônia à questão da segurança nacional e também, de forma inusitada, ao desenvolvimento de um projeto agrário voltado a atrair pequenos agricultores, por meio da execução de um gigantesco projeto de colonização dirigida, que tinha como meta assentar ao longo de 200 km das margens da rodovia 100 mil famílias no prazo de quatro a cinco anos, transformando colonos em pequenos empresários rurais.

As obras da rodovia transversal que iria cruzar o Brasil, ligando as regiões Nordeste à Amazônia e esta ao Centro-Oeste, começaram no dia 1º de setembro de 1970. O plano da obra previa ao todo cerca de cinco mil quilômetros de traçado da BR 230, dois terços disso em meio à floresta primária, a um custo total em torno de um bilhão de dólares<sup>6</sup>. O projeto inicial da rodovia era ainda mais ambicioso, previa ir de João Pessoa, na Paraíba, até uma saída para o Oceano Pacífico, atravessando o Acre, como caminho para escoar a produção agrícola que se queria incrementar na região.

Inaugurada oficialmente em setembro de 1972, a BR 230 porém jamais ficou pronta. O trecho inaugurado por Mérci ia de Estreito à Itaituba, no Pará, com 1254 km de

---

<sup>4</sup> Os dados contidos no presente artigo são fruto da pesquisa de doutoramento da autora (STEINBRENNER, 2011).

<sup>5</sup> Ver “Contra o Poder”, de Lúcio Flavio Pinto, 2007.

<sup>6</sup> Custo total da rodovia Transamazônica segundo estimativa do então ministro da Economia, Delfim Neto, relatado em matéria especial na revista Aventuras na História – “Transamazônica, uma estrada do tamanho do Brasil”. Editora Abril. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/politica/transamazonica-estrada-tamanho-brasil-433869.html>.

extensão, dos quais somente 10 km entregues asfaltados, apenas na chegada em Altamira, onde se deu a cerimônia de inauguração. Em meados de 1974, o governo Geisel anunciava o fim das obras da rodovia inacabada.<sup>7</sup>

A decisão de se construir a rodovia Transamazônica teve motivações variadas, porém embaladas por um estado interventor numa dimensão nunca antes experimentada. O golpe militar de 1964 havia sinalizado um “divisor de águas na formulação de políticas para a Amazônia” (HALL, 1991, p. 26). Na primeira fase do regime militar, durante o governo do general Castelo Branco, intensificou-se o estímulo à ocupação pelo capital privado que já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando empresários paulistas começaram a buscar grandes áreas de terra na Amazônia para a criação extensiva de gado.

A importância geopolítica da Amazônia e a questão da segurança nacional, entretanto, iriam se tornar questões centrais e inseparáveis ao projeto de desenvolvimento na região amazônica, a partir de 1968, com o endurecimento do regime militar, o chamado ‘golpe dentro do golpe’, quando os militares ‘linha dura’ assumem o governo. O projeto agrário militar, pensado como algo estratégico, tanto para as questões de integração do território e segurança nacional quanto para os rumos da política macroeconômica do governo, consistia em três partes entrelaçadas: aumentar a produção agrícola, fomentar a integração nacional e incorporar o trabalho rural à sociedade nacional. A produção agrícola seria aumentada ao expandir-se a fronteira em direção ao Norte e, sobretudo, ao criar-se um setor agroindustrial dinâmico para ajudar a redefinir a inserção do Brasil na economia internacional. O setor de agroexportação funcionaria então como uma alavanca para impulsionar o restante da economia para um novo e prolongado período de crescimento econômico. A preocupação com a integração nacional se via impelida tanto pelo pesadelo dos oficiais de uma revolução ao estilo de Cuba como pelo sonho de fazer do Brasil uma potência mundial. (HOUTZAGER, 2004, p. 43).

Explicava-se assim o esforço e os recursos direcionados à colonização dirigida na Amazônia, especialmente após 1970, quando o projeto agrário dos militares alcança seu auge, possibilitado justamente pelo grau de autonomia que somente o extremo autoritarismo do regime durante o governo Médici poderia possibilitar. Discricionariamente o governo podia tomar decisões grandiosas sem risco de inquirições ou questionamentos. Em julho de 1970, o governo lança por decreto (Decreto-Lei nº 1.106) o Programa de Integração Nacional (PIN) que em sua primeira etapa prevê “a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém,

---

<sup>7</sup> Atualmente, a Transamazônica cobre 4.178 quilômetros, de Porto Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas, isso sem contar um trecho planejado, ou seja, só no papel, de quase 900 quilômetros, de Lábrea até o município de Benjamim Constant, já na divisa com o Peru. Apesar dos esforços e recursos mobilizados pelo governo a pavimentação da estrada, permanece em aberto. Menos da metade da rodovia que corta sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Piauí, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas) está pavimentada (Ministérios dos Transportes, 2009).

assim como planos de colonização das áreas adjacentes” (BRASIL, Mensagem Presidencial, 1971, p. 10).

Basicamente, o recém-criado INCRA<sup>8</sup> prometia aos pioneiros da colonização dirigida na Transamazônica o sonho da terra fácil, farta e fértil, além de qualidade das condições de vida: 100 hectares de terra com financiamento garantido para o desmate, as sementes e o plantio; salário mínimo durante seis meses até a primeira safra; preço mínimo garantido; casa modesta, mas boa para os padrões do interior da Amazônia, de madeira, com cinco cômodos, sanitário à base de fossa, água coletada de igarapé há não mais de um quilômetro da casa e um quintal com 2 hectares para uma pequena roça e horta para a família (REALIDADE, 1971). As casas seriam, em sua maioria, construídas nas Agrovilas, que integravam o primeiro estágio na hierarquia do modelo de urbanismo rural proposto. Dois anos depois de chegarem à nova terra, todos, segundo o sonho vendido pelo governo, seriam “agricultores ricos e felizes” (CAVALCANTI, 1971)<sup>9</sup>. As condições seriam garantidas por recursos do Estado, num total previsto na época de 50 mil cruzeiros (Cr\$) por colono assentado, ou cerca de 10 mil dólares na época (MORAIS, 1974).

### **Comunicação para integrar, convencer e distrair**

Toda a divulgação e convencimento para atrair colonos para a colonização dirigida na Amazônia tinha como componente ideológico a construção de uma imagem positiva e progressista do governo dos militares, como os únicos capazes de trazer o Brasil moderno para a região e acordar a Amazônia, gigante adormecido. A execução das grandes obras vinha acompanhada de farta campanha publicitária enaltecendo a figura empreendedora dos governos militares. As obras da Transamazônica e a campanha de atração de colonos para a região tinham um caráter ufanista e serviam para traçar políticas de consenso na opinião pública e amenizar possíveis efeitos danosos das ações do governo (MORBACH, 2006).

Tal mentalidade tinha como fonte teórica o difusionismo e as teorias da modernização que encaravam a comunicação como fator estratégico para criar um ambiente social propício às mudanças que se queria promover (SCHRAMM, 1964). A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)<sup>10</sup> vinculada à presidência da República trabalhava a propaganda ideológica do governo militar por meio de um modelo de comunicação funcionalista empenhado na busca da eficiência persuasiva.

<sup>8</sup> O governo cria em 1971 o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para gerir a área do Plano de Integração Nacional, num total de dois milhões de quilômetros quadrados, ou um quarto da área do Brasil.

<sup>9</sup> Entrevista do ministro do Interior, Costa Cavalcanti, à revista Realidade, edição especial sobre a Amazônia (1971, pg. 211).

<sup>10</sup> Segundo relato do brasileiro Thomas Skidmore (1988), o governo militar, montou uma verdadeira ‘operação de guerra’ muito bem sucedida na área da propaganda, instalando o setor de Relações Públicas mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais.

De fato, famílias inteiras deixaram seu lugar de origem, de onde já haviam sido expulsos pela concentração fundiária e mecanização do solo, resultado do modelo de desenvolvimento agrícola-exportador bancado pelo regime militar, convencidas pelas promessas de uma propaganda oficial agressiva que acenava não apenas com o acesso ao lote de terra fértil na Amazônia, mas com todas as condições para as famílias viverem, educarem e cuidarem dos filhos. O principal meio utilizado para a veiculação da propaganda oficial do governo foi o rádio, em especial a Voz do Brasil, já que se dirigia ao público rural, onde o programa de tinha forte penetração e a televisão ainda não havia chegado.

Ficamos sabendo desse projeto pelo governo que passava propaganda no rádio “Voz do Brasil”. A viagem foi longa, andamos de trem, de carro, avião e para chegar aqui foi de pau-de-arara. Nós viemos pra cá por causa da terra. A gente vivia de agregado (no Paraná) e como o governo garantiu a terra, a gente veio (Lourival Marques da Silva, agricultor, chegou à região em 1971. RITTER, 2007, p. 32).

Fiquei sabendo da colonização através do rádio, do Programa Voz do Brasil, programa que o meu pai não perdia. Quando anunciou a Amazônia ficou curioso, pois nós fomos desapropriados pela barragem da Hidrelétrica de Salto Jaguar e nossa terra foi mais de 90% alagada. Essa foi a causa da vinda para a Amazônia, pois uma família de quinze filhos, a maioria homens, precisava de terras para trabalhar (Rute Rosa da Paixão Santos, professora aposentada, veio do Rio Grande do Sul em 1971. RITTER 2007, p. 33).

Na época, ouvíamos nos rádios falando que na Amazônia, Estado do Pará, havia distribuição de terras gratuitas e ao chegar nesta terra encontrava tudo arrumado, estradas asfaltadas, íamos morar numa vila, não iríamos encontrar dificuldade (Nilda Urban, migrante vinda de São Paulo na primeira etapa da colonização. CASTRO, 1999, p. 20).

Quando o projeto da colonização dirigida é abandonado ao final do governo Médici (1970 – 1974), menos de 6% dos migrantes previstos nas contas iniciais do governo haviam sido assentados. Um total de 5.717 famílias de pequenos produtores rurais, colonos ou “boias-frias” haviam sido trazidos para a região pelas promessas de um “novo Paraná”.

O que ficou comprovado, porém, é que a ‘terra roxa’ considerada boa para a agricultura estava limitada a uma faixa de cem quilômetros de extensão, na região de Altamira. Laudos do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IPEAN) demonstraram não muito mais tarde (1974) que só havia alta fertilidade em cerca de 3,5% das terras ao longo da Transamazônica, mas aí já era tarde. O “novo Paraná” não existia, mas a estrada estava construída e milhares de colonos de todo o Brasil já haviam sido deslocados às suas margens (MORAIS e GONTIJO, 1970).

Em setembro de 1973, antes do fim do governo Médici, a equipe da pastoral da Igreja do Xingu já produzira um documento, encaminhado à CNBB, relatando a situação

precária vivida pelos migrantes do projeto de colonização da Transamazônica no trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba (Km 20 a 230). Várias situações foram abordadas (no documento), dentre elas a situação da moradia das famílias.

O INCRA não conseguiu cumprir a promessa de uma casa para cada família e muitos tiveram que construir choupanas para abrigarem-se com suas famílias e mais tarde construíram suas próprias casas nos lotes. A mesma situação de precariedade era vivenciada na área de saúde, saneamento, estradas, transporte e educação. Os postos de venda da COBAL, responsável pelo abastecimento das famílias migrantes a um preço mais barato, existiam apenas em algumas agrovilas. O isolamento das famílias que viviam nos lotes dentro dos travessões era angustiante, principalmente no inverno. As queixas incluíam até o correio que nunca entregava as cartas enviadas a amigos e parentes relatando a situação. Muitos desconfiavam que estas eram abertas e caso falassem mal do projeto de colonização não eram entregues ao seu destino. No entanto, essa suspeita nunca foi confirmada, o fato é que as cartas desapareciam ao chegar aos correios (SOUZA, 2006, p. 43).

### **Desencanto e desrespeito compartilhado: surge o movimento de luta por reconhecimento**

As privações, incertezas e frustrações experienciadas pelas mais de cinco mil famílias de colonos, de várias partes do país, levados à Amazônia pelas promessas não cumpridas do governo militar, acabaram por gerar uma identidade na diversidade, baseada na noção do “pertencimento compartilhado do desrespeito”, como entende Honneth (2003), a partir da vivência em comum do sentido da exclusão e do não reconhecimento da região, em torno dos quais se moldou um movimento social propriamente dito, na dimensão em que Gohn (2008) indica, quando só “com o movimento social o sentimento de injustiça passa a ter relevância política” (GOHN, 2008, p.48). Um movimento que para romper com o isolamento alçou-se à dimensão regional e se tornou precursor no Pará na elaboração de um projeto de desenvolvimento de alcance global com proposições de políticas públicas, elaboradas por colonos, tendo a comunicação como elemento constitutivo de suas estratégias políticas (SILVA103, 1996) na luta social por reconhecimento.

Como entende Honneth (2003), “uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (HONNETH, 2003, p.256)

(...) trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento.(HONNETH, 2003, p.257)

Para o autor, ao promover o entendimento do outro como igual no sentimento de pertencimentos compartilhados de desrespeito provoca-se a união daqueles que não são

reconhecidos. Assim também para Taylor (1997), as motivações para a participação ou identificação com conflitos e lutas sociais decorrem não apenas das privações compartilhadas, como entendem os interacionistas simbólicos, mas da memória de experiências morais de desrespeito e de privação de direitos que criam fraturas morais. A luta por reconhecimento vem a ser, portanto, uma luta pela ampliação de direitos, do qual os movimentos sociais surgem e são parte (GOHN, 2008).

### **Novo sindicalismo rural e o papel da igreja**

Ainda no final dos anos 70, já se articulava a organização das bases populares na região da Transamazônica a partir do apoio da Igreja Católica e do que viria a constituir parte do novo sindicalismo rural, movimento na época emergente no país que se colocava como uma alternativa progressista ao modelo de sindicalismo único<sup>11</sup>, corporativista, organizado nacionalmente pelo regime militar e tutelado pelo Estado.

Não somente na Amazônia, mas em todo o país a Igreja Católica assumia o papel de incubador institucional para o novo sindicalismo rural. Na região, desde os primeiros anos da colonização da Transamazônica, a organização dos agricultores era feita a partir do trabalho das pastorais sociais. O trabalho nas pastorais sociais era pautado pelos elementos centrais da nova doutrina da Igreja, anunciada no Concílio Vaticano II (1961) e confirmada na Conferência de Medellín (1968) e de Puebla (1979), que muitos consideram como o ato inaugural da Igreja Católica da América Latina, com expressão teológica nova e própria, “a partir e em função de seus povos e de suas culturas” (BOFF, s/d).

Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais formavam uma rede de ação evangelizadora e de organização social nas localidades mais isoladas. Documento da Diocese de Santarém revela que em 1979 existia uma impressionante rede de grupos de catecismo (Cebis) com cerca de três mil catequistas trabalhando em 617 comunidades rurais da região (HOUTZAGER, 2004, p. 147). A metodologia utilizada no trabalho das pastorais tinha como referência a educação libertadora e a comunicação dialógica de Paulo Freire. A formação intelectual e a infra-estrutura organizacional foram trazidas à região pela FASE, ONG de base católica que havia adquirido experiência no Nordeste, no assessoramento à organização das Ligas Camponesas, em especial em Pernambuco, antes do golpe de 1964. A FASE funcionava também como importante elo junto a entidades

---

<sup>11</sup> Após o golpe de 1964, depois de terem eliminado a esquerda como uma força organizada no país, o que inclui a perseguição às Ligas Camponesas, movimento que no campo mais ameaçava a ordem estabelecida em suas lutas por reforma agrária e contra as oligarquias locais, “os militares estimularam de forma deliberada o crescimento do movimento sindical como parte de um projeto transformador mais amplo para a zona rural” (HOUTZAGER, 2004, p. 43).

internacionais<sup>12</sup> que financiaram em grande parte a organização do novo sindicalismo rural na região.

Em 1979 é formada em Santarém, com o apoio da Igreja e do braço local da FASE, a Corrente Sindical de Lavradores Unidos (CSLU), organização de oposição sindical que conquista o controle do STR de Santarém já em 1980<sup>13</sup>. A Corrente era formada principalmente por pequenos agricultores não apenas da área de influência imediata do município, o Médio-Amazonas paraense, mas tinha sua base de apoio na Transamazônica, na confluência da BR 230 com a BR 163, área do atual município de Rurópolis, de onde saiu a primeira diretoria do sindicato, muitos da qual se tornaram também importantes lideranças políticas regionais, tanto no meio sindical quanto político-partidário (LEROY, 1991 apud SOUZA, 2006; SILVA, 1996; HOUTZAGER, 2004).

Em seu auge, o movimento sindical liderado a partir de Santarém chegou a ter 265 delegacias sindicais e aproximadamente 12 mil membros. Nos anos seguintes ajudou a formar novas lideranças e construir o movimento pela sobrevivência da Transamazônica (MPST). Participou também no início dos anos 80 do processo de formação das instituições que levaram à formação nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Partido dos Trabalhadores no Pará (SILVA, 1996; HOUTZAGER, 2004).

O uso da comunicação de forma estratégica foi uma marca do movimento sindical que serviu de inspiração e modelo aos outros movimentos que se formaram na região. No início dos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, sob comando da Corrente Sindical de Lavradores Unidos (CSLU), que articulava ou influenciava por meio das delegacias sindicais praticamente toda a Transamazônica até Altamira, era considerado uma das experiências mais sofisticadas de organização sindical no meio rural (MARTINS, 1989; FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004). Chegou a ser considerado na época como o Sindicato (STR) mais consciente a respeito dos meios de comunicação, apropriação e uso de meios populares e alternativos (FESTA, 1986).

Produzia, com o apoio da Federação das Agências de Assistência Social e Educacional (FASE), um jornal, O Lamparina, que circulou durante cinco anos (1978-1983) e chegou a ter uma tiragem de 3 mil exemplares. Tinha também um programa semanal de rádio (Informativo Sindical e depois A Voz do Sindicato) na emissora católica diocesana de

---

<sup>12</sup> Entre os maiores doadores estavam as organizações holandesas CEBEMO (Centrale Bermddeling by Medefinacering Ontwekkelings Programm's) e ICCO (Interchurch Organization for Development Cooperation); a alemã Exodus e a inglesa Christian Aid (HOUTZAGER, 2004).

<sup>13</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém era o ator estruturante do processo de mobilização popular na região, já que o sindicato de Altamira ficou de 1968, quando foi criado, até 1988, controlado pelo modelo sindical assistencialista promovido pelo governo militar e tutelado pelo Estado.

Santarém. Ainda no início dos anos 80, uma equipe de educação popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) realizou um filme em 35 milímetros, produzido conjuntamente com os trabalhadores da região, intitulado *Nossa força é nossa união*, usado para a campanha eleitoral da nova diretoria do Sindicato. Na mesma época o STR de Santarém já lançava mão do vídeo como recurso de mobilização. Com o apoio de uma equipe da FASE-RJ, o Sindicato realizou pequenas novelas em vídeo para o trabalho do sindical junto a suas bases (FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004; GANZER, inf. verbal, 2010).

Segundo Regina Festa, pesquisadora e militante da comunicação popular, que esteve na região em mais de uma vez, toda essa multiplicidade de meios fez do sindicato de Santarém uma experiência única e pioneira.

(...) o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santarém, localizado no meio da selva, em resumo, é o primeiro sindicato brasileiro a adotar variadas técnicas de comunicação – jornal, cinema, rádio, vídeo, cartazes, música – no trabalho de conscientização, formação, organização e mobilização (FESTA, 1986, p. 15).

Massificar o movimento era a estratégia definida para que o ciclo de denúncias sobre o abandono da Transamazônica<sup>14</sup> obtivesse repercussão na imprensa em nível estadual e nacional (SILVA, 1996; MMA, 2006). Com o apoio da CUT e da igreja católica, duas lideranças escolhidas pelo movimento, dois jovens agricultores<sup>15</sup> filhos de colonos migrantes da Transamazônica, percorreram o país visitando emissoras de rádio, buscando espaço em televisões e jornais para falar da realidade de abandono da Transamazônica 20 anos depois de seu início.

Naquele mesma época, já como Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), nome que aglutinava os vários personagens da colonização sob as bandeiras centrais do movimento, uma caravana de 300 lideranças da região seguiu para Brasília, onde acampou por um longo mês, entre agosto e setembro de 1991, até serem atendidos pelo então presidente Collor. Assim o movimento ia conquistando a visibilidade almejada. Nos meses seguintes, a Transamazônica foi tema de reportagens nos mais

---

<sup>14</sup> Apesar de algumas conquistas importantes porém pontuais, no final dos anos de 1980, a situação na região era de “calamidade” (MMA, 2006, p 20). Uma pesquisa socioeconômica realizada pelos próprios atores locais da Transamazônica iria revelar dados alarmantes: havia nove médicos para uma população de 500 mil habitantes; num raio de mil quilômetros mais de 70% da população adulta era analfabeta ou semianalfabeta; quase 3 mil quilômetros de estradas vicinais habitadas estava sem conservação; nenhum município, com exceção de Altamira, ainda que de forma precária, tinha energia elétrica; por falta de acesso e de assistência médica pessoas morriam no fundo das vicinais da BR 230 (MMA, 2006, p. 23).

<sup>15</sup> Esses dois jovens agricultores tornar-se-iam ainda nos anos 90 deputados da região pelo partido dos Trabalhadores (Airton Faleiro e Zé Geraldo). Informação fornecida em entrevista por Ana Paula Santos Souza em entrevista concedida à autora (Fev. de 2009).

importantes jornais e nas principais revistas do País, e em alguns programas de televisão de veiculação nacional.” (MMA, 2006, p. 25).

### **Mobilização social e uso de ferramentas de comunicação popular na Transamazônica**

Na concepção de empoderamento desenvolvida pelo movimento, a comunicação era um dos três pilares estratégicos que dariam sustentação e orientariam a superação do isolamento e a conquista de protagonismo em torno do desenvolvimento da Transamazônica. Ao lado da comunicação, um modelo de educação para a região e o investimento sistemático na formação de lideranças.

Importantes lideranças políticas, locais estaduais e nacionais, foram formadas no seio dos agricultores (vereadores, deputados estaduais e federais). O movimento também originou a busca por um novo modelo de escola para jovens de famílias de agricultores da região, a partir da política de alternância (escola-casa/campo), que resultou no projeto das Casas Familiares Rurais<sup>16</sup> na região, com o objetivo de formar uma juventude capaz de provocar o desenvolvimento global do meio rural.

Diversas estratégias de comunicação foram criadas como instrumento de mobilização e organização social e como forma de garantir visibilidade a uma realidade não vista pelo resto do país e, portanto, esquecida das autoridades: como a realização de eventos e ações de impacto - passeatas, seminários, caravanas à Brasília, os Gritos do Campo e da Terra, a produção ativa de ferramentas de divulgação e a criação de novas mídias populares, das quais as rádios comunitárias viriam a ser herdeiras já nos meados dos anos 90, como alternativa aos grupos hegemônicos locais e regionais.

Como apoio à “arregimentação social” das comunidades ao longo da rodovia, mas também para a construção de um discurso contra-hegemônico que influenciasse o repertório de decisões políticas dos públicos acessados, o movimento lançou mão de uma série de ferramentas de comunicação popular. Entre os meios mais comuns produzidos estavam os informativos, as cartilhas, um jornal do MPST, panfletos, cartazes, os ágeis “mosquitinhos”- avisos de informações em formato pequeno – informações para programas de rádio da prelazia em Santarém e até *outdoors* para a divulgação de alguns eventos de maior porte (SILVA, 1996).

---

<sup>16</sup> As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França, nos anos de 1930, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Tem como estrutura a Pedagogia da Alternância, que alia a educação formal ao trabalho no campo. Na região da Transamazônica as Casas Familiares foram implantadas pelas organizações do movimento social desde novembro de 1995. Atualmente, já foram construídas 08 Casas (Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá), que formaram mais de 700 jovens da região (Fonte: Site FVPP - [http://www.fvpp.org.br/projetos\\_detalhe.asp?cod=73&cod\\_pai=12](http://www.fvpp.org.br/projetos_detalhe.asp?cod=73&cod_pai=12))

A técnica para elaborar e produzir os meios de difusão se inspirava na experiência das pastorais católicas que em toda a América Latina desenvolveram de forma sistemática, a partir do final dos anos 60 - tanto nas ações do MEB (Movimento de Educação de Base) quanto nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) - a utilização de meios de comunicação popular voltados à educação libertadora defendida por Paulo Freire. O objetivo era mobilizar e promover a reflexão das comunidades sobre a realidade política que vivia o continente sob os governos ditatoriais.

Com máquina de datilografia e impressora de estêncil<sup>17</sup>, equipamentos já comuns nas delegacias sindicais da região a partir de 1985, era feita grande parte do material de divulgação do movimento regional que se formava. Importante também o apoio das paróquias e escolas das comunidades para a confecção e distribuição do material.

A produção do material era feita por jovens estudantes de vários municípios ao longo da BR 230 - Altamira, Brasil Novo, Uruará, Rurópolis e Santarém - filhos de colonos que haviam participado de um processo de capacitação organizado pelos sindicatos da Transamazônica em conjunto com o Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical de Santarém (CAMPOS), entidade criada com o apoio da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional). O treinamento que veio a constituir uma equipe regional de imprensa do MPST incluía “curso de português, técnicas básicas de redação jornalística, conceitos básicos de informação, comunicação e edição, diagramação em estêncil a álcool, tinta e eletrônico” (SILVA, 1996, p.03). A capacitação, com duração de três anos, teve início em 1985, a partir da preocupação dos sindicatos da região de formar equipes locais de divulgação como forma de garantir o fluxo de informações entre os STRs e seus associados.

No final da década de 1980 passou a ser produzido pela equipe regional de imprensa um órgão informativo de caráter plural e regional, como o próprio movimento (MPST) pretendia ser. Foi criado o “Transmigrante”, um informativo confeccionado em stêncil eletrônico que pretendia expressar a visão de conjunto das organizações dos municípios, que se uniam à luta por mudanças na Transamazônica.

Dois momentos expressam bem a amplitude que o uso de recursos de comunicação pelos movimentos sociais tomou na Transamazônica: a preparação de um seminário regional que ficou conhecido como “Debate de Altamira” e a organização do acampamento que durou um mês em Brasília, em 1991. Para a divulgação destes

---

<sup>17</sup> Técnica de impressão por tela e rolo giratório em geral à base de álcool, muito utilizado pelas escolas e movimentos sociais.

eventos foram associados diversos recursos de comunicação e também de marketing, tanto para popularizar a marca do movimento quanto para sensibilizar amplos setores da sociedade quanto ao abandono da Transamazônica e para as reivindicações da região, como relata Raimunda Monteiro Silva, jornalista e importante militante à época na região:

O primeiro ato que concentrou as forças de todos os municípios da região (Debate em Altamira), em agosto de 1990, teve uma divulgação ampla, em faixas, panfletos, cartazes, outdoors, folhas de cano, palavras de ordem. No acampamento realizado em junho de 1991, a equipe regional (de imprensa) deu um salto de qualidade. Com acompanhamento profissional, o trabalho foi potencializado. O evento divulgado com slogans e logomarca do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). [...] o símbolo do MPST figurou em *outdoors*, estampas em muros, bonés, camisas, (vídeo) clip na televisão local, painéis fotográficos, adesivos, tickets de alimentação, faixas e teve sua tradução em palavras de ordem (SILVA, 1996, p. 5).

Toda essa rica experiência de comunicação popular vivida entre o final dos anos de 1970 e início dos 90 evidencia a afirmação de Silva (1996) de que os movimentos sociais da Transamazônica sempre trabalharam a comunicação como um elemento constitutivo de suas estratégias políticas.

### **Novos discursos e esvaziamento institucional**

Por considerar que o caminho político partidário seria capaz de potencializar as ações do movimento, inúmeras lideranças do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) se lançam na conquista de espaços de poder em diferentes instâncias: no Legislativo (Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e Câmara Federal) e no Executivo (Prefeituras e até mesmo uma candidatura ao governo estadual em 1994). Em 1986, a região ampliada, considerando também Santarém, elege o primeiro agricultor à Assembleia Legislativa e, em 1994, um jovem agricultor de Medicilândia, antiga agrovila recém-emancipada, elege-se deputado pela Transamazônica, todos filiados ao Partido dos Trabalhadores<sup>18</sup>. Seus militantes passam também a ocupar posições importantes em instâncias administrativas governamentais e não-governamentais (HÉBETTE, 2004).

A conquista de espaços de poder pelos militantes e lideranças oriundos do movimento de pequenos agricultores da Transamazônica significou, por um lado, maior possibilidade de influir sobre os processos de tomada de decisão e também maior possibilidade de captação de recursos para os projetos na região, como era *i n c l u s i v e* planejado e pretendido pelo movimento, mas significou também uma cooptação de lideranças de trabalhadores rurais e um esvaziamento ou distanciamento das bases do

---

<sup>18</sup> Em 2006 o PT possuía na Transamazônica, 12 vereadores, 02 prefeituras, 01 deputado estadual e 01 deputado federal, todos ex-dirigentes do MPST (SOUZA, 2006, p.52)

movimento. Quadro que iria se agudizar sobremaneira com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores na esfera nacional (2003) e estadual (2007).

Com o fortalecimento do MPST, o movimento ganhava autonomia e de certa forma se afastava da igreja. A grande articulação passou a ser entre o movimento sindical, a CUT e o PT, dinâmica local que seguia os arranjos que se davam a nível nacional. O afastamento entre os principais atores das dinâmicas sociais da Transamazônica se deu ainda por divergências quanto a agenda de prioridades para a região – nos anos 90 a Igreja passa a liderar a defesa das questões ambientais inclusive como principal porta-voz da luta contra a construção da hidrelétrica de Xingu (Belo Monte) enquanto a organização dos agricultores mantém a agenda emergencial nunca de fato atendida pelas autoridades de governo - no topo da lista o asfaltamento da rodovia Transamazônica, melhorias na área de saúde, educação e crédito agrícola (SOUZA, 2006).

Pode-se dizer ainda que, na década de 1990, a interação entre os atores sociais na região e a própria condução e vigor da participação das bases viram-se afetadas por lógicas e conjunturas fora do controle do movimento. Depois de importantes conquistas no início dos anos 90, com a abertura da interlocução com o governo após uma série de ações políticas estratégicas e inovadoras, que resultaram entre outras em importante liberação de crédito agrícola, as promessas alimentadas pelo MPST de uma vida melhor para os colonos da Transamazônica e suas famílias custavam a se concretizar.

O sindicalismo rural na Transamazônica, base da identidade da região, passou a estar sob o impasse de uma crise de sentido. O tom nostálgico dos tempos em que igreja católica e movimento eram basicamente uma coisa só também é uma constante nas entrevistas com lideranças da região. Paradoxalmente, essa crise institucional surgiu diante da consolidação da política democrática e da chegada da esquerda ao poder a partir de 2003, bandeira estrutural de luta do movimento. Por mais antagônico que pareça, segundo vários estudiosos(O'DONNELL, SCHMITTER, CANEL apud HOUZAGER, 2004), isto é sintoma de declínio ou constrições que movimentos sociais enfrentam durante transições democráticas, uma realidade de crise que não privilégio dos movimentos sociais da Transamazônica.

## **Conclusões**

A experiência do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) representa, como diz Jean Hébette, “um marco inquestionável da história da Transamazônica e, talvez, da história da agricultura familiar do Pará” e deve ser considerada, portanto, segundo ele, na dimensão de um “fato histórico” (HÉBETTE, 1994 apud SOUZA, 2006, p.69). Do ponto de vista da comunicação, trata-se indubitavelmente de uma das mais

ricas experiências de comunicação contra-hegemônica (FESTA, 1986), que se dá nos confins da Amazônia, no auge da ditadura, e que surpreendente, no período analisado (1970-1990), pelo intenso e variado uso que se fez da comunicação como instrumento de ação política.

Nos dias em que vivemos, de esvaziamento institucional e de sobressaltos sociais por perdas de direitos, trazer à tona elementos dessa história obstinada de luta social por reconhecimento é, queremos crer, também uma forma de resistir.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- BOFF, Clodovis. **A originalidade histórica de Medellín**. Serviço Bíblico Latinoamericano. Biblioteca digital, [19-?]. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acesso em: 14.mar.2009.
- BRASIL. **Mensagens presidenciais**. Brasília, DF, 1970-1971-1974. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras - Center for Research Libraries (CRL). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. IPEA/INPES. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região Amazônica**. Relatório de Pesquisa n. 8. Por Vânia Porto, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L. I. de Castro e Silva. Rio de Janeiro, 1972.
- CASTRO, Manoel Ribeiro. **A Terra prometida**. 1999. 37 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em de História). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Altamira, 1999.
- FERNSIDE, Philip. **Condições da qualidade inicial do solo na rodovia Transamazônica e sua simulação em modelos para a estimativa da capacidade de suporte humano**. 1982. Revisado em 2001. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus. Disponível em: [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/mss%20and%20in%20press/ISQ-port.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/ISQ-port.pdf). Acesso em: 16 jun. 2010.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: paulinas, 1986.
- FVPP. Fundação Viver, Produzir e Preservar. <http://www.fvpp.org.br>. Acesso: 17 set. 2010.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Coleção O Mundo Hoje, v. 24. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- GOHN, M.da.G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- GRAF, Marília G. **Propaganda de lá para cá**. São Paulo: Ibrasa, 2003.
- GRANATO, Fernando. Transamazônica, uma estrada do tamanho do Brasil. In: **Revista Aventuras na História**. [1998]. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/politica/transamazonica-estrada-tamanho-brasil-433869.shtm>. Acesso em: 03 mar. 2010.
- HALL, Antony L.. **Desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- HAMELIN, Philippe. O Fracasso Anunciado. In: Phillipe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira (Org.). **Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois**. 2 ed. Belém: Cejup e Museu Paraense Emilio Goeldi, 1992. Coleção Eduardo Galvão. p. 161-176.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. Sao Paulo: Ed. 34, 2003.
- HOUTZAGER, Peter. **Os Últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

- IPEA. **Colonização dirigida no Brasil, suas possibilidades na região amazônica.** Relatório de Pesquisa n.8. Por Vania Porto Tavares, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L.L. Castro. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1972.
- KUNSCH, Margarida M. Krohling. **História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes.** Idade Mídia, São Paulo, ano 1, n. 2, nov/2002.
- LERNER, D. **The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East.** Glencoe: Free Press, 1958. Mimeo
- MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Relatório de Pesquisa n. 39. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MORAIS, Fernando. O sonho da Transamazônica acabou (1974) In: **Cem quilos de ouro (e outras histórias de um repórter).** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MORAIS, Fernando, GONTIJO, Ricardo. **Transamazônica.** São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MORÁN, Emilio F.. A Ecologia humana como crítica: colonização e ecologia humana. In: **A Ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. p.283-307.
- MORBACH, Marise Rocha. **A Difusão midiática da exclusão: o caso da Amazônia.** Encontro dos Núcleos de Pesquisa, n.6. 2006, Brasília: INTERCOM, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- MOTA, Carlos Renato. As Principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **A Difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- PINTO, Lucio Flavio. **Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica.** Belém: edição do Autor, 2007.
- REALIDADE, Revista. Ano 6, n. 67, Editora Abril. Outubro de 1971.
- ROGERS, Everett M. **Diffusion of innovations.** Nova York: Free Press, 1962.
- SCHRAMM Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1976.
- SILVA, Lígia Osório e. **Desenvolvimentismo e intervencionismo militar.** In: e-premissas. Revista de Estudos Estratégicos. Unicamp. DOSSIÊ DREIFUSS Nº 01 – jun.-dez., 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.
- SILVA, Raimunda Nonato Monteiro da. **Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica.** Belém, 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.
- SOUZA, Ana Paula S.. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discursos e muitas vozes.** 2006, 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2006.
- STEINBRENNER, Rosane M. A. . **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da Comunicação Comunitárias em Regiões de Midiatização Periférica.** Tese (Doutorado). Orientador, Thomas Peter Hurtienne. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido,
- Entrevistas**
- GANZER, Avelino. **Entrevista.** Liderança pioneira na região, um dos fundadores da Corrente Sindical Lavradores Unidos, ex-presidente do STR de Santarém e da FETAGRI. Decupagens. Arquivo Pessoal, Belém, 2010.
- SOUZA, Ana Paula Santos. **Entrevista.** Coordenadora geral da FVPP. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.